

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

A língua portuguesa é uma soma de possibilidades de expressão, falada ou escrita, de acordo com fatores determinantes como região do País, escolaridade, classe social, faixa etária e outros relativos ao falante. No entanto, a linguagem escrita destinada à informação técnico-científica e administrativa e ao registro dos textos normativos precisa ignorar as diferenças e apresentar unidade de expressão.

Ciente disso, o Superior Tribunal de Justiça – STJ sentiu a necessidade de contar com um guia voltado para a língua formal, a fim de que a uniformidade facilitasse a comunicação interna e a externa.

Assim, em 2004, lançou na intranet o *Manual de Redação e Revisão do STJ*, depois denominado *Manual de Padronização de Textos do STJ*. Em 2007, publicou, mediante a Portaria n. 63, o *Manual de Atos Oficiais Administrativos*, complementando, com a nova ferramenta, a proposta inicial de uniformizar os textos emanados da instituição.

Agora, apresenta a nova versão do *Manual de Padronização de Textos do STJ* (Portaria n. 314 de 23 de agosto de 2012), a qual, numa edição revista, atualizada e ampliada, com as necessárias adaptações, reúne os manuais existentes, visando facilitar o trabalho dos servidores que utilizam a linguagem como instrumento fundamental no desempenho de suas tarefas.

Importa destacar que, em 1º de janeiro de 2013, entrarão em pleno vigor as novas regras do acordo ortográfico, em fase de transição desde o início de 2009, coexistindo com as normas antigas. Além disso, não se pode ignorar que as fontes lexicais oficiais são omissas em muitos casos da área do Direito, o que gera constantes dúvidas.

Em face de tais razões, este manual divide-se em três partes:

I – Linguagem: aspectos referentes à correção gramatical – ortografia, vocabulário, pontuação, concordância, regência e colocação de pronomes;

II – Redação Oficial e Atos Normativos: aspectos referentes à redação de instrumentos de comunicação oficial, à edição de atos normativos e à produção de outros documentos, também próprios das unidades do STJ;

III – Glossário Jurídico: termos técnico-jurídicos mais usados no Tribunal.

Por fim, vêm os apêndices, assim distribuídos:

A. Fluxo de Criação ou Alteração de Atos Normativos no STJ;

B. Processo Administrativo;

C. Guia para a Pesquisa Eletrônica no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – Volp* e em Dicionários;

D. Grafia de Alguns Termos segundo a Ortografia Vigente.

Para a elaboração desta obra, foram seguidas as diretrizes do *Manual de redação da Presidência da República* e, especificamente na parte de redação, a proposta do *Manual de atos oficiais administrativos do Supremo Tribunal Federal*. Ademais, foram extraídos subsídios do trabalho cotidiano e das obras constantes da lista bibliográfica.

Brasília, agosto de 2012.